



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO –
CAMPUS SERRINHA

ELAINE DE LIMA SANTOS

**COOPERATIVAS URBANAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: PRÁTICAS,
DESAFIOS E AVANÇOS**

SERRINHA - BA

2024

ELAINE DE LIMA SANTOS

**COOPERATIVAS URBANAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: PRÁTICAS,
DESAFIOS E AVANÇOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Baiano - *Campus Serrinha*, como requisito parcial
para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de
Cooperativas.

Orientador(a): Márcia Eliana Martins

SERRINHA - BA

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Ricardo Santos do Carmo Reis - CRB – 5^a / 1649

Santos, Elaine de Lima

S237c Cooperativas urbanas e as relações de gênero: práticas, desafios e avanços/
Elaine de Lima Santos.- Serrinha, Ba, 2025.
29 p.; il.: color.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão
de Cooperativas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Baiano – Campus Serrinha.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Eliana Martins.

1. Cooperativas urbanas. 2. Empoderamento feminino. 3. Desigualdades de
gênero. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. II.
Martins, Márcia Eliana (Orient.). III. Título.

CDU: 334

ELAINE DE LIMA SANTOS

**COOPERATIVAS URBANAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: PRÁTICAS,
DESAFIOS E AVANÇOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano—Campus Serrinha como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM .12. / 12. / 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 GINALVA JESUS DE CARVALHO
Data: 17/02/2025 16:09:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ginalva de Jesus Carvalho

IF Baiano

Documento assinado digitalmente
 HERON FERREIRA SOUZA
Data: 17/02/2025 22:58:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Heron Ferreira Souza

IF Baiano

Documento assinado digitalmente
 MARCIA ELIANA MARTINS
Data: 17/02/2025 14:54:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcia Eliana Martins

Orientadora

SERRINHA - BA

Dedico este trabalho à minha mãe, Elvira, que, embora não esteja mais fisicamente presente, continua sendo minha maior fonte de inspiração. Seu amor, força e dedicação foram fundamentais para tudo o que conquistei e para a pessoa que sou. Ao meu filho, Mateus, que com sua alegria e pureza, me motiva a seguir em frente todos os dias, buscando ser uma pessoa melhor para ele; e ao meu companheiro, Mailson, pelo apoio constante, paciência e compreensão, que tornaram possível enfrentar os desafios dessa jornada e concluir este trabalho com a certeza de que, juntos, somos mais fortes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, pelo apoio incondicional e amor constante durante toda a minha trajetória acadêmica. Sem o incentivo de cada um de vocês, este trabalho não teria sido possível.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha, por proporcionar um ambiente de aprendizado rico e estimulante. Sou grato por todas as oportunidades que esta instituição me ofereceu e pela formação que me impulsionará no futuro.

Aos professores e técnicos do IF Baiano, que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal com dedicação, paciência e compromisso. A cada um que fez parte desta jornada, meu muito obrigado.

Aos meus colegas de turma, pela parceria, amizade e pelos momentos de aprendizado conjunto. Cada um de vocês foi fundamental para tornar essa caminhada mais leve e cheia de significados.

Em especial, quero expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, professora Márcia Eliana Martins, pelo comprometimento, pela orientação precisa e pelo constante incentivo durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Sua paciência e sabedoria foram essenciais para que eu pudesse alcançar os resultados aqui apresentados.

Agradeço também ao professor Heron Ferreira, pela coorientação e pelas contribuições valiosas que enriqueceram este trabalho com novos olhares e perspectivas.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigado!

“A cooperação é a convicção plena de que ninguém pode chegar à meta se não chegarem todos.”

(Virginia Burden)

SANTOS, Elaine de Lima. **Cooperativas urbanas e as relações de gênero:** práticas, desafio e avanços. 29 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2024.

Resumo

As cooperativas urbanas são iniciativas que buscam enfrentar desigualdades sociais e econômicas nas áreas urbanas, promovendo a inclusão social e uma distribuição mais equitativa de recursos, especialmente entre grupos marginalizados. Embora representem um avanço na economia solidária, essas cooperativas também reproduzem as desigualdades estruturais presentes na sociedade, especialmente no que tange às questões de gênero. Neste sentido, este estudo tem como objetivo compreender como as cooperativas urbanas geridas por mulheres atuam na promoção da igualdade de gênero. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio da análise de publicações acadêmicas, artigos científicos, livros, dissertações, teses e outros documentos relevantes, com foco na economia solidária, no cooperativismo urbano e nas questões de gênero. Os resultados apontam que essas cooperativas, ao operarem sob princípios de autogestão, solidariedade e igualdade, se configuram como espaços de resistência e transformação; se destacam, portanto, como um campo fértil para a promoção da igualdade de gênero, com as mulheres ocupando posições de liderança e desafiando as normas de gênero que limitam suas ações.

Palavras-chave: Cooperativas urbanas; Empoderamento feminino; Desigualdades de gênero.

SANTOS, Elaine de Lima. **Urban cooperatives and gender relations: practices, challenges and advances.** 29 p. Work Course Conclusion (Technologist in Cooperatives Management) Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano - *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2024.

ABSTRACT

Urban cooperatives are initiatives that seek to address social and economic inequalities in urban areas, promoting social inclusion and a more equitable distribution of resources, especially among marginalized groups. Although they represent an advance in the solidarity economy, these cooperatives also reproduce the structural inequalities present in society, especially regarding gender issues. In this sense, this study aims to understand how urban cooperatives managed by women work to promote gender equality. To this end, bibliographical research was carried out through the analysis of academic publications, scientific articles, books, dissertations, these and other relevant documents, focusing on the solidarity economy, urban cooperativism and gender issues. The results indicate that these cooperatives, when operating under principles of self-management, solidarity and equality, are configured as spaces of resistance and transformation; stand out, therefore, as a fertile field for promoting gender equality, with women occupying leadership positions and challenging the gender norms that limit their actions.

Keywords: Urban cooperatives; Female empowerment; Gender inequalities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA	11
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo Geral	12
1.3.2 Objetivos Específicos	12
2 REVISÃO TEÓRICA	12
2.1 Uma abordagem da categoria Gênero a partir das perspectivas teórica e histórica	12
2.2 A Importância da Discussão de Gênero nas Cooperativas Urbanas	14
3 – METODOLOGIA	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
5 CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas urbanas surgem como uma alternativa para a organização econômica e social, buscando, através da colaboração e autogestão, enfrentar as desigualdades presentes nas sociedades modernas, especialmente nas áreas urbanas. No Brasil, essas iniciativas se destacam como uma forma de promover a inclusão social e garantir uma distribuição mais equitativa de recursos, ajudando a melhorar as condições de vida de grupos marginalizados. Contudo, apesar de representarem um passo adiante no fortalecimento da economia solidária e na defesa de direitos coletivos, essas cooperativas não estão livres das desigualdades que afetam a sociedade de maneira geral. Assim, as questões de gênero se revelam como um aspecto essencial a ser analisado, uma vez que refletem as desigualdades históricas e estruturais que ainda persistem em muitos ambientes de organização coletiva.

Este estudo visa investigar, através de uma revisão de literatura, a influência das relações de gênero nas cooperativas urbanas, com um enfoque nas experiências ocorridas na Bahia. A temática de gênero, nas últimas décadas, tem evidenciado como as construções sociais de masculinidade e feminilidade moldam as dinâmicas de poder, os papéis sociais e as oportunidades de envolvimento nas esferas públicas e privadas. Essas disparidades também se refletem nas cooperativas, que frequentemente reproduzem as normas e hierarquias de gênero prevalentes na sociedade em geral.

O empoderamento das mulheres, neste contexto, configura-se não apenas como um benefício individual, mas também como uma prática coletiva que visa reduzir as desigualdades de gênero e promover a justiça social. Abordando a relação entre gênero e cooperativismo, este trabalho pretende evidenciar as complexas dinâmicas de poder e estratégias de resistência que emergem neste campo.

1.1 JUSTIFICATIVA

A pesquisa surgiu a partir da percepção de que, embora o território em questão seja marcado pela agricultura familiar e por uma forte presença de associações e cooperativas rurais, a realidade urbana segue distante das discussões sobre economia solidária e organização coletiva. Enquanto as iniciativas rurais recebem mais atenção, as cooperativas urbanas não têm o mesmo reconhecimento ou espaço de debate nas áreas centrais das cidades. Isso evidencia uma lacuna importante no entendimento de como esses modelos de cooperação

podem beneficiar as populações urbanas, especialmente as mulheres. Foi ao participar de espaços de formação voltados para mulheres, que discutem empoderamento, liderança e economia solidária, que ficou claro o quanto essencial é fomentar essas iniciativas. Esses espaços ajudam a perceber a importância de se reconhecer como agente de transformação e permitem redefinir papéis sociais, rompendo com barreiras impostas pela sociedade patriarcal e mostrando que ocupar posições de poder e decisão é fundamental para transformar as estruturas sociais.

Nesse contexto, a relação entre cooperativas urbanas e gênero se torna ainda mais relevante. As cooperativas, ao se basearem em princípios de solidariedade, autogestão e igualdade, oferecem um terreno fértil para o empoderamento feminino. As mulheres que se envolvem nessas iniciativas podem não só aprender a tomar decisões coletivas e estratégicas, mas também ressignificar seus papéis na sociedade, ocupando espaços de liderança historicamente negados a elas e se tornando agentes de mudança em seus contextos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender, a partir de uma revisão de literatura, como as cooperativas urbanas geridas por mulheres atuam na promoção da igualdade de gênero.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Examinar a participação feminina nas cooperativas urbanas como uma abordagem para o empoderamento, tanto coletivo quanto individual;
- Entender como as cooperativas urbanas geridas por mulheres contribuem para a promoção da igualdade de gênero, abordando os desafios enfrentados pelas participantes e os avanços observados nas dinâmicas de poder e liderança dentro dessas organizações.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Uma abordagem da categoria Gênero a partir das perspectivas teórica e histórica

A discussão sobre gênero, enquanto uma construção social que define as expectativas, comportamentos e papéis atribuídos a homens e mulheres, tem suas raízes nas reflexões

feministas do final do século XIX e início do século XX, quando as mulheres começaram a se organizar em busca de direitos básicos, como o direito ao voto e à educação. No entanto, é a partir das décadas de 1960 e 1970, com a intensificação dos movimentos feministas no contexto da segunda onda do feminismo, que a categoria gênero passa a ser central nas análises sociais e políticas. Ao longo dessas décadas, o movimento feminista ampliou suas reivindicações para questões mais amplas, como a igualdade de direitos no mercado de trabalho, o controle sobre o corpo feminino, e a superação das violências sexistas. Esse processo resultou na ideia de que as diferenças entre homens e mulheres não são naturais ou biológicas, mas sociais e culturais, construídas historicamente por meio de relações de poder (Araújo, 2005).

A partir dessa concepção, o conceito de gênero se tornou uma ferramenta crítica para a compreensão das desigualdades estruturais que moldam as relações sociais e econômicas (Araújo, 2005). Ao longo do tempo, outras teorias também foram incorporadas ao debate, como as discussões pós-coloniais e interseccionais, que demonstram como a opressão de gênero se entrelaça com outras formas de desigualdade, como a classe social, a etnia, a sexualidade e a identidade de gênero. Essas perspectivas apontam que as experiências das mulheres não são homogêneas, sendo marcadas por diferentes contextos e histórias, o que torna a luta feminista plural e diversa (Collins e Bilge, 2021).

Em discurso para a ONU Women em 2015, a Duquesa de Sussex disse:

As mulheres precisam de um lugar à mesa, precisam de um convite para se sentarem lá e, em alguns casos, quando isso não está disponível, elas precisam criar sua própria mesa. Precisamos de um entendimento global de que não podemos implementar mudanças de forma eficaz sem a participação política das mulheres. (ONU Women, 2015)

O discurso de Markle, estabelece um caminho para que a sociedade passe a vislumbrar a necessidade que há em ampliar as discussões que atravessam as discussões de gênero, mas, acima de tudo a necessidade que existe de que as mulheres passem a ocupar seus lugares à mesa, ou criem os lugares à mesa para que possam se sentar.

Atualmente, a discussão de gênero transcende as fronteiras do feminismo tradicional e se articula com uma série de outras questões sociais, como a luta contra o racismo, a homofobia, a transfobia e a desigualdade social. No Brasil, as questões de gênero são particularmente relevantes, considerando a persistente desigualdade entre homens e mulheres, evidenciada em diversos aspectos da vida cotidiana, como o mercado de trabalho, onde as mulheres recebem salários mais baixos que os homens, ou na política, onde a participação

feminina nas esferas de poder ainda é limitada. Além disso, a violência de gênero, que abrange desde a violência doméstica até os feminicídios, continua sendo uma questão central nas pautas feministas, assim como a luta por direitos reprodutivos e a autonomia sobre o corpo (Vigano, 2018).

Nas últimas décadas, uma nova perspectiva emergiu, focando em uma compreensão mais complexa e interconectada do gênero. A teoria interseccional, por exemplo, traz à tona como diferentes eixos de opressão, como raça, classe, sexualidade e gênero, se entrelaçam, impactando as mulheres de formas diversas e específicas (Collins e Bilge, 2021).

Veremos ainda em Collins e Bilge (2021, p. 165) que a “interseccionalidade permite que os movimentos sociais observem a interconectividade das questões em comum, indicando o lugar desses movimentos nas relações globais de poder”. Isso é particularmente relevante para a análise de contextos como as cooperativas urbanas, pois as mulheres não são um grupo homogêneo e suas vivências nas cooperativas podem ser diferentes, dependendo de sua classe social, etnia, idade, entre outros fatores.

Além disso, o debate atual de gênero também inclui a visibilidade e os direitos das pessoas trans e não-binárias, desafiando as normas tradicionais de identidade e sexualidade. Esse movimento é um reflexo das mudanças culturais e sociais que buscam questionar as categorias binárias e promover a inclusão de todas as identidades de gênero.

2.2 A Importância da Discussão de Gênero nas Cooperativas Urbanas

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, as mulheres lidam com desigualdades relacionadas às suas condições de trabalho e remuneração. A pesquisa revela que, no período de 2012 a 2016, elas recebiam aproximadamente 75% a menos em comparação aos homens. O estudo ressalta que essa diferença se deve ao fato de que as mulheres frequentemente têm uma carga horária reduzida. No entanto, quando as horas trabalhadas são equiparadas, essa porcentagem aumenta para 86,7%.

Com base nestes dados, a discussão sobre gênero no contexto das cooperativas urbanas se manifesta em diversos aspectos. As cooperativas, como espaços de organização coletiva, não estão imunes às desigualdades de gênero que permeiam a sociedade, e é preciso entender como essas relações de poder se expressam dentro desses empreendimentos.

Entretanto, as cooperativas urbanas também oferecem um potencial transformador. Leite (2009) aponta que ao promover a colaboração e a solidariedade, essas organizações

podem ser vistas como espaços de resistência e reconfiguração das relações de gênero. As mulheres, especialmente aquelas que tradicionalmente têm sido excluídas dos espaços de poder e decisão, encontram nas cooperativas uma oportunidade para construir sua autonomia, desenvolver habilidades de liderança e promover a igualdade de direitos dentro dessas organizações.

O empoderamento feminino nas cooperativas urbanas vai além da simples inclusão das mulheres em atividades econômicas. Ele envolve um processo de redefinição de papéis, que questiona as normas tradicionais de feminilidade e masculinidade, abrindo caminhos para uma reorganização mais igualitária das relações internas. Além disso, ao adotar a perspectiva de gênero, as cooperativas têm a oportunidade de questionar não apenas as desigualdades internas, mas também contribuir para a luta por uma sociedade mais justa, tanto no âmbito econômico quanto no social.

Ferreira (2020) vai apontar que a autoafirmação das mulheres e sua relação com a superação das invisibilidades organizacionais, utilizando uma lente de teoria política de justiça substancialmente igualitária. A autoafirmação das mulheres refere-se ao processo pelo qual as mulheres reivindicam e afirmam sua identidade, voz e poder dentro de estruturas organizacionais. A invisibilidade organizacional refere-se ao fenômeno em que as contribuições e perspectivas das mulheres são subestimadas ou ignoradas dentro de ambientes de trabalho e instituições.

No estado da Bahia, onde a diversidade cultural e social é marcante, a análise das cooperativas urbanas revela como as mulheres têm utilizado esses espaços como instrumentos de enfrentamento de processos de opressão. Por meio do trabalho coletivo, elas buscam reduzir as desigualdades de gênero, criar ambientes mais inclusivos e promover a igualdade de oportunidades para todos os envolvidos (Ferreira, 2020). Ao fazer isso, elas não só desafiam as normas de gênero estabelecidas, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Portanto, a discussão de gênero nas cooperativas urbanas não se limita apenas a entender as relações de poder dentro dessas organizações, mas também a reconhecer o potencial transformador dessas práticas coletivas no combate às desigualdades de gênero em uma sociedade mais ampla.

Em Farias e Gil (2013) teremos a seguinte definição de cooperativismo:

A expressão cooperativismo se dá a partir da palavra cooperação que, tem como significado operar conjuntamente, com a finalidade de atingirem objetivos mútuos. Diversos pensadores tomam como uma amostra de cooperação as formigas, por elas

demonstrarem características reais de cooperação, de mútua ajuda, e ainda, por elas colocarem a sobrevivência do formigueiro acima de suas vidas. As formigas trabalham unidas, carregam para seu habitat coisas que superam o seu próprio peso e tamanho e são solidárias entre si em todos os aspectos. Dessa forma, o exercício de cooperação promove a sobrevivência da espécie (FARIAS; GIL, 2013, p. 27).

O cooperativismo, enquanto modelo de organização econômica e social, propõe uma alternativa à lógica capitalista tradicional, focando na colaboração mútua, na gestão democrática e na distribuição justa dos benefícios gerados pela produção (Grecchi, 2023). Embora essa prática se distingue pelas suas características de solidariedade e autogestão, ela não está isenta de reter as desigualdades que marcam a sociedade, particularmente em relação ao gênero. Por isso, a análise da interseção entre cooperativismo e gênero torna-se essencial para compreender como as relações de poder entre homens e mulheres se manifestam dentro dessas organizações, e como essas dinâmicas podem ser transformadas em espaços mais inclusivos e igualitários.

O cooperativismo, por sua própria natureza, pode ser um potente vetor de mudança no que diz respeito às desigualdades de gênero. A estrutura horizontal e democrática das cooperativas, que privilegia a participação igualitária e a tomada de decisão coletiva, cria um espaço que teoricamente poderia desafiar as hierarquias tradicionais que frequentemente subestimam as mulheres, tanto em ambientes de trabalho quanto nas esferas sociais e políticas. Dessa forma, o cooperativismo oferece um campo fértil para a experimentação de relações mais igualitárias, em que todos os membros, independentemente de seu sexo, têm voz e voto nas decisões que afetam o grupo.

No entanto, conforme Rocha (2018), a realidade das cooperativas é mais complexa. Embora as cooperativas possam ser vistas como um meio de promoção de igualdade, elas também podem reproduzir as desigualdades de gênero presentes na sociedade em geral, refletindo as dinâmicas de poder e a divisão sexual do trabalho que marcam a vida cotidiana. As mulheres, historicamente excluídas dos espaços de poder e decisão, podem ter dificuldades em ocupar posições de liderança nas cooperativas, mesmo que os princípios cooperativistas promovam a igualdade formal. Além disso, a divisão sexual do trabalho, que associa as mulheres ao trabalho doméstico e ao cuidado, pode se refletir na sobrecarga de responsabilidades em muitas cooperativas, o que dificulta sua participação plena na gestão e nas tomadas de decisão.

As cooperativas urbanas, especialmente em contextos como o brasileiro, não estão imunes a essas dificuldades. O fato de as cooperativas serem espaços de ação coletiva não implica automaticamente em relações igualitárias. Em muitas cooperativas, o acesso das

mulheres a espaços de liderança e poder ainda é limitado, o que se deve a uma série de fatores estruturais que envolvem tanto o conservadorismo das instituições cooperativas quanto a persistência de normas sociais patriarcais que limitam as opções e as oportunidades das mulheres.

3 – METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, a qual é definida por Minayo (2013)

(...) como aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (MINAYO, 2013).

Adotando ainda o caráter de pesquisa bibliográfica, que Fonseca (2002), define como:

[...] levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

O objetivo foi analisar e sintetizar os principais estudos e teorias sobre as cooperativas urbanas geridas por mulheres, destacando como essas iniciativas atuam na promoção da igualdade de gênero. A pesquisa foi realizada por meio da análise de publicações acadêmicas, artigos científicos, livros, dissertações, teses e outros documentos relevantes, com foco na economia solidária, no cooperativismo urbano e nas questões de gênero, especialmente nas experiências observadas em contextos urbanos brasileiros, como na Bahia.

O processo metodológico foi dividido em etapas. Inicialmente, foi realizado o levantamento e seleção de fontes bibliográficas pertinentes, priorizando publicações acadêmicas que tratam da temática do cooperativismo urbano, da economia solidária e das dinâmicas de gênero. A pesquisa foi conduzida por meio de bases de dados acadêmicas como Google Scholar, Scielo, JSTOR e outras fontes de acesso acadêmico, além de livros e artigos relevantes encontrados em bibliotecas universitárias. A Figura 1 apresenta a quantidade de títulos selecionados com base nas palavras chaves e quantos títulos foram utilizados para sistematizar a presente pesquisa:



Figura 1 – Etapa 1 referente à seleção das referências a serem utilizadas na pesquisa bibliográfica.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Na etapa seguinte, foi realizada uma análise crítica e detalhada dos textos selecionados, com o intuito de compreender as abordagens teóricas, metodológicas e os resultados das pesquisas que se relacionam diretamente com o tema da pesquisa. A análise concentrou-se em entender como as cooperativas urbanas geridas por mulheres contribuem para a promoção da igualdade de gênero, abordando os desafios enfrentados pelas participantes e os avanços observados nas dinâmicas de poder e liderança dentro dessas organizações. Além disso, foram identificadas as estratégias adotadas para o empoderamento coletivo e individual, além das práticas que buscam reduzir as desigualdades sociais e econômicas que afetam as mulheres nas áreas urbanas.

Após a análise das fontes, foi realizada uma síntese temática, organizando as informações de acordo com os objetivos da pesquisa. Esse processo permitiu identificar padrões, práticas comuns e estratégias adotadas pelas cooperativas urbanas. A análise também possibilitou destacar lacunas na literatura existente, sugerindo direções para futuras pesquisas sobre o impacto das cooperativas urbanas nas questões de gênero.

Durante a pesquisa, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão de fontes. Foram priorizados estudos que abordaram cooperativas urbanas geridas por mulheres, com foco nas questões de gênero e na economia solidária, sendo excluídos materiais que não tratavam diretamente do tema central ou que não apresentavam uma abordagem relevante sobre a relação entre gênero e cooperativismo, concentrando-se em analisar a perspectiva empírica.

Os resultados foram apresentados de maneira estruturada, divididos conforme os objetivos específicos da pesquisa, a fim de fornecer uma visão detalhada sobre o papel das cooperativas urbanas geridas por mulheres na promoção da igualdade de gênero e para a autonomia econômica das mulheres urbanas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na análise das fontes selecionadas, foi possível identificar um conjunto significativo de práticas e estratégias empregadas por cooperativas urbanas lideradas por mulheres, visando a promoção da igualdade de gênero e a redução das desigualdades de gênero nas áreas urbanas. A presença feminina nessas cooperativas tem se estabelecido como uma abordagem eficaz de empoderamento, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. As mulheres que participam dessas organizações frequentemente alcançam cargos de liderança e poder de decisão que anteriormente lhes eram negados. A Figura 1, a seguir, apresenta o número de estabelecimentos cooperativismo dirigidos por mulheres, em cada região do Brasil:

Quadro 1 – Descrição dos trabalhos selecionados para análise.

TRABALHOS SELECIONADOS		
Autor	Título	Ano
ARAÚJO, M. de F.	Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: Revisitando o Debate.	2005
BERTH, J.		2019
BUENO, P. F. Z.	Gênero e Cooperativismo: a participação das mulheres nas cooperativas de trabalho	2001
COLLINS, P. H.; BILGE, S.	Gênero e Cooperativismo: a participação das mulheres nas cooperativas de trabalho - A SOCIALIZAÇÃO FEMININA PELO COOPERATIVISMO	2001
COLLINS, P. H.; BILGE, S.	Interseccionalidade.	2021
FARIAS, C.M; GIL, M.F.	Cooperativismo	2013
FERREIRA. P.C.F.	Autoafirmação das mulheres	2020
MARQUES, H. R.; COSTA, J. O. da.	O cooperativismo e o desenvolvimento local: um estudo da cooperativa de crédito Sicredi	2022
NEVES, Mateus Carvalho Reis, <i>et al.</i>	O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial.	2019
ROCHA, J.C.M. da. LUZIO-DOS-SANTOS, L. M.	Da utopia à realidade: retrato do cooperativismo no Brasil – um estudo entre os anos de 2010 e 2018.	2023

SILVA, E.O.F. NASCIMENTO, L.H.F.	Visão Disruptiva: como as mulheres podem transformar o cooperativismo.	2022
SOUZA, M.A.	A Comercialização em Empreendimentos Econômicos Solidários Atuando em Áreas Urbanas, liderados por Mulheres em Atividades de Produção Artesanal.	2018

FONTE: Elaborado pela autora, 2024.

Desse modo, veremos que a presença feminina nessas cooperativas tem se estabelecido como uma abordagem eficaz de empoderamento, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Em Ferreira (2020) veremos que as mulheres que participam dessas organizações frequentemente alcançam cargos de liderança e poder de decisão que anteriormente lhes eram negados. A Figura 2, a seguir, apresenta o número de estabelecimentos cooperativismo dirigidos por mulheres, em cada região do Brasil:



Figura 2 - Mulher: presença e força do cooperativismo (2020)

FONTE: Godoy (2021).

Godoy (2021) apresenta o argumento de que, ao se unirem em cooperativas, as mulheres não só ampliam sua autonomia econômica, mas também conquistam uma maior visibilidade social e política, superando o isolamento e as limitações impostas pelas normas tradicionais de gênero.

No entanto, o empoderamento não ocorre de forma linear. Embora haja avanços significativos, persistem desafios relacionados à resistência das estruturas patriarcais, que

ainda se fazem presentes até mesmo dentro dos próprios coletivos (Berth, 2018). Em algumas situações, as normas de gênero prevalentes na sociedade brasileira são reproduzidas nas cooperativas, limitando o poder real de muitas mulheres em cargos de liderança. As questões de poder e a distribuição desigual das responsabilidades continuam sendo obstáculos a serem superados, exigindo um esforço contínuo para que o empoderamento seja efetivamente alcançado (Reed, 2014).

Estudos como de Neves (2019), Miltersteiner *et al.* (2020), mostram, por exemplo, que as mulheres, quando participam de cooperativas, tendem a ocupar funções ligadas a atividades de cuidados e à administração do trabalho doméstico e de apoio, como limpeza e cozinha, funções frequentemente desvalorizadas e menos reconhecidas no ambiente organizacional. Essas tarefas, embora essenciais para o bom funcionamento da cooperativa, não costumam ser vistas como "estratégicas" para a gestão do empreendimento. Por outro lado, os homens, de maneira geral, ocupam funções mais diretamente ligadas à produção, à gestão financeira e à liderança, o que reforça a ideia de que, mesmo em modelos alternativos de organização, as mulheres enfrentam barreiras invisíveis que limitam sua ascensão a posições de poder.

Além disso, a divisão sexual do trabalho também se reflete no tipo de cooperativa em que mulheres e homens se envolvem. Por exemplo, as cooperativas de produção agroecológica e de alimentos, onde tradicionalmente as mulheres estão mais presentes, tendem a ser mais orientadas para os cuidados com a produção e com a comunidade, enquanto as cooperativas de serviços e de novas tecnologias, dominadas por homens, envolvem atividades mais valorizadas social e economicamente (Neves, 2019). Esse fenômeno resulta em uma reprodução da desigualdade não só no acesso aos recursos e oportunidades, mas também na forma como as mulheres são percebidas dentro do espaço cooperativo, muitas vezes relegadas a papéis secundários ou subalternos.

Apesar desses desafios, o cooperativismo também se apresenta como um instrumento de empoderamento feminino, permitindo que as mulheres busquem novos espaços de visibilidade e liderança. No contexto das cooperativas, o trabalho conjunto e a gestão democrática podem representar um modo de reorganizar as relações de poder, oferecendo às mulheres a oportunidade de se posicionarem de forma mais ativa e igualitária. O empoderamento no cooperativismo não se limita apenas ao acesso a espaços de liderança, mas envolve também a mudança nas relações de gênero dentro da cooperativa, com a promoção de uma nova ética de trabalho e colaboração, mais inclusiva e respeitosa.

Segundo o SEBRAE (2022) as cooperativas urbanas, quando lideradas por mulheres, frequentemente se transformam em espaços de resistência ativa contra as desigualdades históricas que elas enfrentam no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

A análise da literatura mostrou que as cooperativas urbanas não só proporcionam oportunidades de geração de renda, como também ajudam a desconstruir as normas de gênero que restringem as ações e a capacidade de liderança das mulheres. Muitas dessas cooperativas implantam práticas que favorecem a igualdade de oportunidades, tanto no aspecto econômico quanto no social. Entre as iniciativas estão políticas de capacitação para mulheres, fortalecimento de redes de apoio entre as cooperadas e a criação de ambientes para discussão sobre gênero, direitos e liderança. Tais práticas ajudam as mulheres a se empoderar e a ocupar espaços de liderança, não só dentro das cooperativas, mas também nas comunidades em que estão inseridas (Miltersteiner *et.al*, 2020).

Contudo, a transformação das estruturas de gênero não ocorre sem resistência. Embora as cooperativas urbanas representem uma alternativa ao modelo tradicional de mercado, ainda há desafios internos e externos. Entre os obstáculos mais recorrentes estão as barreiras culturais e os estereótipos de gênero, que frequentemente marginalizam a participação feminina em atividades econômicas e sociais. A literatura aponta que, apesar do potencial transformador das cooperativas, o processo de mudança das estruturas de poder é gradual e exige o enfrentamento constante das normas de gênero presentes tanto dentro das cooperativas quanto nas esferas mais amplas da sociedade urbana (Rocha, 2023).

Souza (2018, p. 155) é enfático quando diz que

a produção artesanal está vinculada, predominantemente, ao espaço urbano, o que leva a uma reflexão sobre o local ocupado por essas trabalhadoras, que têm, no exercício da produção artesanal, em não poucos casos, uma atividade que é extensão dos afazeres domésticos.

Por esses e outros motivos é necessário falar sobre a divisão sexual do trabalho, pois é comum ouvir que empreendimentos de cunho artesanal tendem a ser associados a mera ação de lazer, não levando em consideração os fatores que estão por trás do trabalho desenvolvido dentro por essas artesãs. A desvalorização do fazer das artesãs é apenas um dos reflexos desse olhar engessado que a sociedade tem das cooperativas femininas, reduzindo-as sempre a extensão do fazer doméstico.

Souza (2018) acrescenta que:

Embora algumas trabalhadoras sugiram a conveniência entre suas atividades laborais e a possibilidade “democrática” que a produção artesanal viabiliza para o cuidado da casa, dos filhos, dos netos etc., verifica-se que, para a consecução dessas atividades, essas mulheres podem estar submetidas a horas de trabalho extremamente exaustivas (SOUZA, 2018, p. 157).

A dualidade entre trabalho e afazeres domésticos mostra que qualquer área em que essas mulheres se dediquem elas obterão êxito, visto que, as imposições sociais definiram que os afazeres domésticos representam o único trabalho viável para mulheres. Desse modo, é necessário reformular o ideário da sociedade acerca das práticas trabalhistas das mulheres, e que seja possível reconhecer o papel central das mulheres, na gestão da família, da casa e dos empreendimentos.

É importante também que as discussões atuais não abrem mais espaço para que, mulheres empreendedoras/cooperadas sejam questionadas sobre sua capacidade de atuação enquanto gestoras em uma infinidade de escalas da vida social.

Neste sentido, as cooperativas urbanas têm se mostrado um espaço propício para a busca de autonomia econômica por parte das mulheres, permitindo que elas se organizem para superar as dificuldades impostas pela desigualdade de gênero no mercado de trabalho tradicional. Essas mulheres, ao se reunirem em torno de interesses comuns e solidários, não apenas garantem sua participação no processo de decisão e no direcionamento dos recursos, mas também fortalecem a luta por maior reconhecimento de seu trabalho, por melhores condições de vida e por uma redistribuição mais justa de renda e poder (Santos, 2024).

No caso específico do estado da Bahia, as cooperativas urbanas, muitas vezes formadas por mulheres que têm um histórico de resistência e luta por direitos, mostram como as iniciativas coletivas podem ser instrumentos de transformação social e de combate às desigualdades (Bahia, 2012). Essas mulheres estão criando formas de organização que rompem com as tradicionais formas de dominação de gênero, buscando garantir um espaço onde possam se empoderar, ocupar espaços de liderança e reduzir as desigualdades de gênero em suas comunidades.

Além disso, as cooperativas urbanas administradas por mulheres implementam uma série de ações e estratégias para garantir a igualdade de direitos, promover a autonomia econômica e construir uma sociedade mais justa e inclusiva. As mulheres envolvidas nesses empreendimentos têm acesso a uma maior liberdade para decidir sobre sua vida financeira, suas escolhas profissionais e suas condições de trabalho. Além disso, as cooperativas urbanas oferecem uma plataforma para a mobilização social, permitindo que as mulheres se tornem agentes de mudança em suas comunidades (Lucindo, 2023).

Segundo Fecci (2024), além de promoverem a geração de renda, muitas cooperativas urbanas geridas por mulheres desenvolvem ações voltadas para a educação e capacitação, fortalecendo a autonomia das cooperadas. Esses espaços de formação são fundamentais para a construção de habilidades técnicas e de liderança, além de proporcionarem oportunidades de socialização e troca de experiências. Algumas cooperativas também desenvolvem projetos de conscientização sobre direitos humanos, igualdade de gênero e saúde, abordando questões fundamentais para a promoção da cidadania plena das mulheres.

De maneira complementar, a criação de redes de apoio mútuo dentro das cooperativas tem se mostrado uma estratégia eficaz para garantir a inclusão das mulheres em processos de tomada de decisão e para combater as desigualdades (Marques, 2022). A prática de cooperação e solidariedade não só fortalece as cooperativas em termos econômicos, mas também cria um ambiente de suporte emocional e psicológico, que é crucial para muitas mulheres que enfrentam situações de vulnerabilidade.

No entanto, apesar dos avanços, as cooperativas urbanas ainda enfrentam desafios para garantir a igualdade plena de direitos entre os membros. As desigualdades de poder e a sobrecarga de trabalho, muitas vezes atribuída às mulheres dentro da cooperativa, são questões que ainda precisam ser trabalhadas (Silva, 2022). Além disso, a escassez de recursos e o acesso limitado a políticas públicas de apoio a esses empreendimentos solidários dificultam o alcance completo da autonomia econômica (Souza *et.al*, 2018).

Em síntese, as cooperativas urbanas geridas por mulheres têm se mostrado espaços fundamentais para a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento dos problemas de acesso ao trabalho e garantia de renda para estas mulheres. Elas não apenas contribuem para a inclusão econômica das mulheres, mas também desempenham um papel crucial na transformação das estruturas de poder e na construção de novos modelos de organização social e econômica (ENIAC, 2024). No entanto, os desafios persistem, tanto no nível interno das cooperativas, em termos de divisão de poder e trabalho, quanto no nível externo, diante das normas sociais e culturais que ainda dificultam a plena realização do empoderamento feminino (Rocha, 2023).

Os resultados também apontaram que, embora as cooperativas urbanas tenham grande potencial transformador, a mudança nas questões de gênero enquanto problema estrutural na sociedade é um processo gradual, que exige o compromisso contínuo das mulheres em suas práticas de autogestão, além de um apoio efetivo de políticas públicas que fortaleçam esses modelos de organização (Revista Amazônia, 2024). O fortalecimento das cooperativas

urbanas como ferramentas de empoderamento feminino é, portanto, um passo essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou a importância das cooperativas urbanas geridas por mulheres como espaços significativos de transformação social e econômica, com potencial para enfrentar as desigualdades de gênero que ainda persistem nas sociedades urbanas. As cooperativas urbanas, ao promoverem modelos de autogestão, solidariedade e inclusão, têm se mostrado eficazes na ampliação da autonomia econômica das mulheres, oferecendo-lhes a oportunidade de ocupar espaços de liderança e tomada de decisão, tradicionalmente dominados por homens.

Contudo, o processo de superação das desigualdades de gênero no interior dessas cooperativas, embora promissor, é gradual e repleto de desafios. As barreiras culturais, os estereótipos de gênero e as desigualdades de poder, que muitas vezes se refletem dentro das próprias cooperativas, são obstáculos que exigem um esforço contínuo para serem superados. Embora o modelo cooperativo tenha um grande potencial para criar uma organização mais inclusiva e igualitária, a mudança nas questões estruturais de gênero demanda um processo de conscientização e uma transformação nas relações de poder, tanto dentro dos coletivos quanto no contexto social mais amplo.

É fundamental reconhecer que, embora as cooperativas urbanas geridas por mulheres representem um avanço importante na luta pela igualdade de gênero, elas não são uma solução única para as desigualdades estruturais que as mulheres enfrentam. As políticas públicas, em particular, desempenham um papel crucial nesse processo, sendo necessário um apoio mais eficaz e direcionado para essas iniciativas. O fortalecimento das cooperativas urbanas, por meio de maior acesso a recursos, capacitação e redes de apoio, é um passo essencial para garantir que essas organizações não apenas promovam a autonomia econômica das mulheres, mas também contribuam para a mudança das normas sociais e culturais que sustentam a discriminação de gênero.

Além disso, é necessário que as cooperativas urbanas se tornem ainda mais conscientes da importância de criar ambientes onde as mulheres possam desenvolver plenamente seu potencial. A implementação de políticas internas que combatam as desigualdades de poder e promovam a equidade nas responsabilidades e na tomada de

decisões é um aspecto crucial para garantir que o empoderamento feminino seja real e sustentado. A construção de redes de apoio mútuo, além de fortalecer a economia das cooperativas, também contribui para a criação de espaços de solidariedade que ajudam as mulheres a superarem os desafios externos e internos enfrentados.

O fortalecimento das cooperativas urbanas geridas por mulheres como agentes de transformação social é um caminho importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, a luta pela igualdade de gênero é um processo complexo que exige o comprometimento não apenas das mulheres, mas também dos homens, das instituições públicas e da sociedade como um todo. Para que as cooperativas urbanas se tornem verdadeiramente espaços de empoderamento e transformação, é necessário um esforço coletivo para combater as desigualdades de gênero e promover mudanças estruturais que permitam a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa para todos.

Por fim, cabe ressaltar que é preciso viabilizar melhores condições sociais e políticas para que toda expressão cooperativista feminina seja respeitada e valorizada, de modo que as imposições de gênero sejam superadas, bem como é necessário alavancar os empreendimentos femininos já existentes de modo a dar visibilidade às lideranças femininas e garantir que outras vozes sejam ouvidas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria de Fátima. **Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: Revisitando o Debate.** Psic. Clin., Rio de Janeiro, Vol.17, N.2, P.41 – 52, 2005. Acesso: 05 de julho de 2023.

BAHIA. **Bahia Análise & Dados: Cooperativismo.** Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. Salvador – Bahia, 2013. Disponível em:
https://sei.ba.gov.br/images/publique_seu_artigo/pdf/temas_e_prazos/bad_cooperativismo.pdf. Acesso: 05 de julho de 2024.

BARDIN, L. et al. **GIL, AC Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2010. Programação Geral, p. 69.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis – SC - 28(1): e65241 DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n16524. Acesso: 05 de julho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 07 abril 2022.

BUENO, Paulo Fernando Zanardini. **Gênero e Cooperativismo:** a participação das mulheres nas cooperativas de trabalho - A SOCIALIZAÇÃO FEMININA PELO COOPERATIVISMO. (TCC Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/88263>. Acesso em 12 nov. 2021

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade.** Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021. Acesso: 01 de maio de 2024

ENIAC. **Mulheres no mercado de trabalho: inclusão, perspectivas e mais. Centro Universitário de Excelência.** 2024. Disponível em: <https://www.eniac.edu.br/blog/mulheres-no-mercado-de-trabalho-inclusao-perspectivas-e-mais>. Acesso: 09 de março de 2024.

FARIAS, C.M; GIL, M.F. **Cooperativismo.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. 2013, Pelotas. Disponível em:
[<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf>](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf). Acesso em 18 de maio de 2022.

FECCI, Juliana Lobo. **Cooperativas: o que as move e por que são fundamentais.** Central de Notícias Uninter, 2024. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/cooperativas-o-que-as-move-e-por-que-sao-fundamentais>. Acesso: 07 de agosto de 2024.

FERREIRA. P.C.F. **Autoafirmação das mulheres:** Perspectivas para transposição das invisibilidades organizacionais por meio de uma teoria política de justiça substancialmente igualitária / 2020 - (E-book). Biblioteca Virtual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GODOY, Thalia. **Mulher**: presença e força do cooperativismo. Sistema Brasileiro de Agronegócio, 2021. Link de acesso: <https://sba1.com/noticias/noticia/12347/Mulher-presenca-e-forca-do-cooperativismo>

GRECCHI, Julia. **Cooperativismo: conceito, espécies, princípios, objetivos e vantagens**. JUSBRASIL, Salvador – Ba, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/cooperativismo-conceito-especies-principios-objetivos-e-vantagens/2063940254>. Acesso: 05 de outubro de 2024.

LUCINDO, Fernando. **Liga Coop: cooperativas de mobilidade urbana como solução para a precarização do trabalho**. Radarcoop, 2023. Disponível em: <https://radarcoop.com/conteudos/cooperativas-de-mobilidade-urbana/>. Acesso: 05 de julho de 2024.

MARQUES, Heitor Romero. COSTA, Jéssica Ojeda da. **O cooperativismo e o desenvolvimento local: um estudo da cooperativa de crédito Sicredi União MS/TO – Comitê Ação Social**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 22, n. 2, p. 531-541, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/ZVHLWjbKWQvMfBF8dwh6jhd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 05 de julho de 2024.

MILTERSTEINER, Renata Kessler, *et al.* **Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública**. Cad. EBAPE.BR, v. 18, nº 2, Rio de Janeiro, Apr./June 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120190176x>. Acesso: 05 de julho de 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

NEVES, Mateus Carvalho Reis, *et al.* **O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 57(4), 559-576, 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187145>. Acesso: 05 de novembro de 2023.

ONU. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova Iorque, Estados Unidos, 1966. Acesso: 01 de maio de 2024

REED, Isaac Ariail. **Poder: dimensões relacional, discursiva e performática**. Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/6s3X4q8MyVN8Fj4QGb3mHSF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 05 de julho de 2024.

Revista Amazônia. **O Papel das Cooperativas no Desenvolvimento Sustentável e na Construção de um Mundo Melhor**. 2024. Disponível em: <https://revistaamazonia.com.br/papel-da-cooperativas-no-desenvolvimento/>. Acesso: 07 de outubro de 2024.

ROCHA, Jean Carlos Mendes da. LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel. **Da utopia à realidade: retrato do cooperativismo no Brasil – um estudo entre os anos de 2010 e 2018**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 24, n. 3, p. 783-798, jul./set. 2023. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v24i3.3702>. Acesso: 07 de agosto de 2024.

SANTOS, S. B. VIEIRA C, M, C. CAVALCANTI V, R, S. **A Relevância Social e Política Da História das Mulheres no Brasil. Revista Mulheres brasileiras: diversidade, histórias e feminismos.** Cad. Cedes, Campinas, v. 44, n. 122, p.6-16, Jan.- Abr., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC271171>. Acesso: 05 de maio de 2024.

SEBRAE. **Mulheres no cooperativismo por uma sociedade mais justa.** 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mulheres-no-cooperativismo-por-uma-sociedade-mais-justa,727b9855c83a2810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso: 05 de julho de 2024.

SILVA, E.O.F. NASCIMENTO, L.H.F. **Visão Disruptiva: como as mulheres podem transformar o cooperativismo.** REVICOOP, v.3, n.1, 2022 (ISSN: 2676-0223)

SILVA, Rosana Oliveira da, *et al.* **Condições de Trabalho das Mulheres Brasileiras: Revisão, Síntese e Agenda de Pesquisa.** XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022. <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/71e63ef5b7249fcf60852f0e0f5bf4c8.pdf>. Acesso: 06 de agosto de 2024.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de. **Os desafios atuais da luta pelo direito universal no Brasil.** Ciênc. saúde coletiva 24 (8), 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2019.v24n8/2783-2792/>. Acesso: 14 de agosto de 2024.

SOUZA, Marcos Aurélio. **A Comercialização em Empreendimentos Econômicos Solidários Atuando em Áreas Urbanas, liderados por Mulheres em Atividades de Produção Artesanal.** Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, Brasil, 2018. Disponível em: <https://ecosol.dieese.org.br/> Acesso em 12 nov. 2021.

VIGANO, Samira de M. Maia. **Mulheres, Políticas Públicas e Combate à Violência de Gênero.** Dossiê Relações entre Crime e Gênero: um balanço Organizadores: Marcos Bretas & Maíra Ines Vendrame. História (São Paulo) v.38, 2019, e2019054, ISSN 1980-4369 DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>. Acesso: 05 de junho de 2024.

WHAT WE SEE. **Discurso Meghan Markle para a ONU Women,** 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zkb-zg4JCLk>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.